

DAS VANTAGENS DUMA FILOSOFIA DE DEFESA MAIS ATLÂNTICA PARA PORTUGAL*

1. Terminou a primeira fase — a política — da adesão da Espanha à NATO, a qual não tinha de pôr problemas de maior, uma vez que o esquema de segurança do Ocidente não dispensa o concurso de uma potência com a força moral, histórica, económica e militar do país vizinho. Efectivamente, a entrada da Espanha para a NATO tem, entre outras vantagens, a do reforço da confiança no sensível flanco sudoeste da Europa, o que decorre da sua geografia, do controlo que pode exercer ao longo do eixo estratégico Baleares-Gibraltar-Canárias e da adequação do seu importante Poder Militar à exploração de tal potencial geoestratégico. O Poder Militar espanhol constitui ainda um precioso contributo para minorar uma das vulnerabilidades mais importantes da Aliança, a qual consiste, como é sobejamente conhecido, na sua presente inferioridade em forças militares convencionais relativamente ao Pacto de Varsóvia. As Forças Armadas da Espanha parecem efectivamente com capacidade para poderem vir a ser utilizadas como reforço de qualquer dos flancos ou frentes terrestres da Europa, para contribuir para a protecção próxima e longínqua das rotas marítimas dos aliados, e até talvez ainda para participar em missões de presença militar em áreas sensíveis fora dos limites geográficos da NATO, onde se torne eventualmente conveniente dar uma imagem de determinação do Ocidente na defesa dos seus interesses vitais e dos seus amigos.

Para além do mais, o especial relacionamento da Espanha com o Mundo Árabe e com a América Latina hispânica constituem certamente instrumentos preciosos para a causa do apaziguamento mundial, dadas as potencialidades que contém para uma melhor compreensão da sensibilidade destas importantes regiões pelos aliados e, por conseguinte, para um entendimento mais profícuo com elas.

2. Os problemas verdadeiramente dignos desse nome decorrentes da entrada da Espanha para a NATO são de esperar relativamente à sua inserção no esquema colectivo de defesa militar. Aqui, há que encontrar uma acomodação que seja aceitável para todos os países

* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 23, Julho-Setembro de 1982.

mais directamente envolvidos e, designadamente, para o próprio país vizinho, o qual, diga-se desde já, dispõe da influência suficiente para acabar por levar os seus aliados a compreender que nem todos os «statu quo» poderão resistir indefinidamente. Isto não quer dizer que a Espanha não deva por seu turno ser persuadida a não ter pressa, dado ser inegável que a Aliança pôde estar décadas sem o seu concurso directo e que, inclusivamente, foi agora renovado o seu acordo bilateral de defesa com os EUA.

Seja como for, os aliados, e a própria Espanha, precisam efectivamente de ser pacientes e prudentes, para se evitar que a acomodação do novo parceiro no esquema de defesa militar da NATO tenha reflexos negativos, em vez de positivos, na difícil e vital solidariedade atlântica. A este propósito conviria salientar que o mais seguro em termos de confiança mútua e de solidariedade interaliada será sempre o respeito pela primazia das potencialidades geoestratégicas sobre as militares na estrutura dos comandos, como modo mais eficaz de se eliminarem à nascença sensibilidades de soberania e tentações de promoção de gendarmes regionais que não seriam certamente bem recebidas. Efectivamente, as potencialidades geoestratégicas são menos mutáveis e intimamente ligadas à individualidade, soberania e importância político-estratégica, pelo que os países são naturalmente ciosos delas, enquanto que as potencialidades militares são conjunturais e corrigíveis, sendo por conseguinte mais acertado que se actue nestas, e se evite «ofender» aquelas. Há, pois, que ter a preocupação de respeitar as sensibilidades de todos os países envolvidos. Neste campo será de chamar a atenção para a espécie de fascínio que os EUA e a RFA estão a dar a impressão de nutrir pelas potencialidades militares do novo aliado ibérico, admitindo-se que tal aconteça por estarem interessados na possibilidade do concurso de efectivos militares espanhóis para reforço da frente leste europeia em substituição de contingentes norte-americanos e outros que estão sendo cada vez mais solicitados para diferentes paragens. É claro que este fascínio pode ser susceptível de arrastar compensações que preocupam naturalmente vizinhos da Espanha como a França, Inglaterra e Portugal, para não falar de Marrocos, o que poderá estar já a dar lugar a desconfianças e a consequentes alinhamentos reactivos mais ou menos subterrâneos que são claramente inconvenientes para a solidariedade atlântica. Uma menor prudência no aludido fascínio pode ainda fornecer argumentos a importantes sectores políticos dos referidos países que não deixariam escapar a oportunidade para apontar os EUA, a Espanha e a NATO como hostis aos seus interesses. A inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO deve fazer-se assim de forma equilibrada. Tal pressupõe, desde logo, um esquema gradual a longo prazo, sem pressas, para que possa ir assentando, através de uma estratégia equilibrada, a confiança pelo respeito que todos os países aliados esperam merecer. Há que ter a lealdade e a coragem de se dizer que nenhum dos países mais directamente ligados à questão deixaria de

reagir a que qualquer dos seus parceiros se aproveitasse da Aliança para tentar solucionar frustrações ou para procurar concretizar objetivos que de outra forma não têm podido alcançar. Não se trata, por conseguinte, tanto de nacionalismos que devessem estar já menos exacerbados, mas sim, e principalmente, de reacções legítimas preventivas quanto a possíveis tendências hegemónicas que já deveriam, essas sim, ter sido abandonadas, principalmente quando o que está em causa é a reunião de meios e de vontades para se fazer face a uma séria ameaça comum.

3. No que respeita a Portugal, há que reconhecer que algumas fragilidades e determinados bloqueamentos mentais e psicológicos constituem afinal motivo de preocupação e até factor de potencial desequilíbrio e instabilidade na região. Isto porque, sendo de molde a impedir que o País possa assumir a vocação geoestratégica predominantemente marítima do seu território através de adequada composição e orientação do dispositivo do seu Poder Militar, acabam por tentar e até obrigar terceiros a fazê-lo por si em nome da segurança colectiva e da sua própria. Esta espécie de demissão nacional constitui também ela uma vulnerabilidade que importa identificar e reconhecer como sendo responsável por impedir que o País possa disfrutar de importância e influência no seio da comunidade atlântica que lhe permitiria obter contrapartidas e benefícios que outros mais esclarecidos e mais adequadamente armados vão acabando deste modo por ir chamando a si. Será porventura isto mesmo que alguns políticos e governantes estão já reconhecendo muito acertadamente, quando sustentam que Portugal não pode nem quer participar na Aliança apenas em termos geoestratégicos.

Mas, antes de prosseguir, cumpre esclarecer que as presentes reflexões, na linha das publicadas anteriormente nesta Revista, decorrem de percepção e de posição exclusivamente pessoal, e continuam a ter como único propósito tentar contribuir para uma filosofia nacional de segurança.

Dêem-se as voltas que se derem, é facto incontroverso que o Território Nacional português tem principalmente potencialidades geoestratégicas reconhecidamente à medida do que bem poderia ser uma importante potência marítima norte-atlântica. Deverá mesmo atentar-se em que nenhum outro país europeu sobreleva Portugal neste domínio, pois nenhum território do Velho Continente, para além de não apresentar a composição quase arquipelágica do português, reúne simultaneamente, ou com o mesmo grau de importância, as três possibilidades seguintes: de controlo das comunicações marítimas vitais para o abastecimento da Europa, de apoio às rotas marítimas e aéreas de reforço e socorro do Continente Norte-Americano à Europa em caso de guerra, e de trampolim intercontinental para movimentação de poderio militar («sealift» e «airlift»). Por outras palavras, pudesse

Portugal dispor de um Poder Militar com adequada componente naval e aeronaval como a Holanda (para recorrer a um exemplo de um pequeno país, cujo território não tem de forma alguma expressão ou interesse geoestratégico semelhantes ao português) e com componentes terrestres e aérea melhor identificadas com a geografia, e o peso do País na Aliança bem poderia ser outro. Quer isto dizer que poderia haver maior facilidade para a obtenção de benefícios de vária ordem (tecnológica, económica, financeira, etc.), e os portugueses sentir-se-iam certamente mais seguros e mais tranquilos ante a perspectiva da inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO. Tal como as coisas estão, dada a precária «ocupação» portuguesa do espaço interterritorial nacional (que constitui a parte mais relevante da área do Comando Ibero-Atlântico da NATO) por meios navais e por meios aéreos de autêntica vocação marítima, será efectivamente de rezear que o maior peso político-militar dos supracitados países aliados mais directamente preocupados com a adesão da Espanha à NATO acabe por empurrar a Marinha (e a sua Aviação Naval) espanhola para o «*mare nostrum* [económico] português», um pouco à semelhança do que já está acontecendo com as Pescas do país vizinho, que têm vindo a ser gradualmente impedidas de actuar em ZEE de países mais distantes. Neste caso das pescas, curiosamente, Portugal tem graves problemas também por falta de «ocupação» do seu mar interterritorial. É assim indispensável que se diga que não é tanto o Poder Terrestre da Espanha o factor determinante do seu peso negocial na Aliança nas questões que mais directamente respeitam a Portugal, designadamente no problema da estrutura de comandos, muito embora ele possa actuar como moeda de troca, como atrás se referiu. Por isso, alguns especialistas começam agora a declarar, embora sem explicar porquê, que o problema do «comando unificado» para a Península Ibérica é, afinal, um falso problema. Para se entender melhor esta questão, será preciso contudo esclarecer que o «fantasma» do comando unificado ibérico poderia ter levado à conclusão que Portugal, para defender a sua individualidade na Aliança, precisaria de reforçar preferencialmente o seu Poder Terrestre. É claro que esta posição tem efectivamente a sua lógica no reconhecimento da necessidade de preservar a individualidade nacional na Aliança. Simplesmente, acontece que o Território Nacional que há realmente a «ocupar» com meios militares portugueses não se limita ao Teatro de Operações terrestres do Continente. Por outro lado, o que a Aliança precisa efectivamente de cobrir dele é mais o espaço interterritorial e as Ilhas, a partir das quais poderiam desenvolver-se as principais ameaças à sua segurança individual e colectiva. Isto, aliás, pode ver-se claramente pela geometria da ZIC («Zona de Interesse Comum» prevista no anterior acordo bilateral de defesa entre os EUA e a Espanha) em que o espaço português aparecia repartido entre a Espanha e os EUA, de forma em tudo idêntica ao que acontece com a estrutura dos comandos NATO entre o IBERLANT (com sede na Península — em Portugal — onde não estão os Açores, tal como na ZIC) e o

WESTLANT (com sede nos EUA, onde estão os Açores), tal como se a «ocupação» do espaço nacional pelas Forças Armadas portuguesas não fosse realmente de ter em consideração. Diga-se entretanto claramente que não é do interesse de Portugal manter os Açores separados do restante do território português na estrutura de comandos operacionais da NATO, e que não há razões de ordem operacional suficientemente fortes que o justifiquem.

4. Para evitar e resolver convenientemente estes e outros problemas, pensa-se que Portugal precisaria realmente de mostrar propósitos credíveis de reestruturação e de reforço do seu Poder Militar em conformidade com as necessidades reais de segurança da Aliança, as quais, conforme se defendeu em reflexões anteriormente publicadas nos números 15, 18 e 20 da revista *Nação e Defesa*, são afinal idênticas em muitos pontos às nacionais. É claro que seria sinceramente de esperar que, perante eventual coerência de tais propósitos, os aliados pudessem estar mais facilmente interessados em reequacionar a sua ajuda militar a Portugal e à Espanha em termos mais equilibrados, e em esperar o tempo que fosse necessário para o País poder assumir as responsabilidades que a sua geografia e as suas tradições marítimas requerem.

Impõe-se ainda esclarecer que a reestruturação do Poder Militar português nos termos que se preconizam não teria de afectar o Poder Terrestre e, muito menos, o Poder Aéreo, conforme poderá depreender-se das reflexões publicadas acima referidas. Isso poderá depreender-se também da composição das Forças Armadas de algumas potências marítimas europeias, como a Inglaterra (150 000 homens no Exército, 85 000 na Força Aérea e 70 000 na Marinha), a Holanda (75 000, 19 000, 17 000, respectivamente) ou a Dinamarca (21 000, 7000, 6000). A questão reside sobretudo no discurso, e na orientação do dispositivo, que se julga que conviria obedecessem preponderantemente a uma mentalidade atlântica, e não continental. O exemplo da Segunda Guerra Mundial (em que o Exército português teve de seguir muito apressadamente, e em força, para os Açores com o objectivo de evitar o seu «guarnecimento» por países amigos e aliados, com todos os inconvenientes decorrentes da improvisação, da inadequação, e até do choque moral e psicológico que provocou, parece bem elucidativo do que se pretende dizer. A presença dos aviões FIAT-G91 nas Lajes é um bom exemplo da orientação atlântica a dar ao dispositivo de defesa militar. Aliás, a percepção que a Aliança Atlântica também tem do papel e da participação de Portugal no domínio da defesa militar colectiva foi claramente mostrada logo de início, quando fez saber que se esperava do nosso País principalmente Marinha e Aviação Naval. Ora o que acontece é que a Força Aérea Portuguesa não tem hoje realmente um corpo especializado para apoio à Marinha (principalmente aviões especialistas de patrulha marítima de longo raio de acção e de luta anti-submarina); e

que, se é verdade que a Marinha tem ainda algumas unidades navais oceânicas que lhe têm tornado possível manter-se relativamente a par da evolução da guerra no mar por meio de contactos nunca interrompidos com a NATO, elas são já inadequadas para as actuais ameaças de superfície, submarina e aérea, e não existe qualquer uma para luta antiminas. A simples comparação da pretensão de adquirir meio grupo de fragatas (3) para a Marinha portuguesa com as realidades da Holanda e da Espanha fala por si. Assim, enquanto a Holanda pretende uns 5 grupos de fragatas e de outros navios, e dispõe de importante Aviação Naval, a Espanha tem um plano naval onde, além de genuínos aviões de patrulha marítima e luta anti-submarina de longo raio de acção, e de numerosos submarinos, se prevê a constituição de dois fortes Grupos de Combate de superfície, cada um constituído por um porta-aeronaves (porta-«Harriers»), um ou dois cruzadores e várias fragatas lança-mísseis, para além da modernização da sua Força Anfíbia, que já é a segunda mais importante da NATO. Entretanto, a imediata admissão de Portugal na NATO aquando da sua criação, ao contrário do que sucedeu com a Espanha, apesar de ambos os países apresentarem então idêntico inconveniente de regime político, constitui um exemplo prático do reconhecimento de uma vocação geoestratégica atlântica mais marcada do território Português. Isto deve-se, evidentemente, ao posicionamento dos respectivos territórios face às rotas marítimas vitais para a Europa, em que a posição dos Açores, por não ter alternativa no Território espanhol, foi provavelmente um dos factores predominantes. Hoje, face à deslocação das rotas de socorro da América do Norte à Europa mais para Sul, para fugir à ameaça dos aviões navais «Backfire» soviéticos com base na Península de Kola, e para procurar maior protecção da costa e melhores condições acústicas para a detecção de submarinos, aumentou por seu turno a importância geoestratégica do arquipélago da Madeira e do Continente.

É claro que não parece tarefa fácil, e constituirá talvez até algo de quixotesco, tentar fazer aceitar a importância do mar num País que, a despeito de ser o mais atlântico da Europa, e de dispor da sua mais vasta ZEE, deixou cair o seu Poder Marítimo a um nível tal que hoje apresenta, no Velho Continente, as menos significativas Marinhas de Recreio (praticamente sem iates, sem marinas e sem campeões de vela), de Pesca (a menor taxa de capturas e incapacidade para ocupar sequer a zona do mar territorial — 12 milhas), Mercante (menos de 15% das necessidades de transporte cobertas por meios nacionais, incluindo algumas ligações interterritoriais e até inter-ilhas), Científica (apenas uma unidade civil e uma outra naval) e de Guerra. É que, conforme sustentou o clássico Mahan, o Poder Marítimo dum país não decorre apenas das potencialidades geoestratégicas do seu território, nem também somente das embarcações de todas as suas Marinhas, mas tem muito a ver com o seu desenvolvimento económico e industrial e, sobretudo, com o que ele designou por «Carácter do Povo» e «Carácter do Governo», querendo certamente aludir ao gosto, atracção e expe-

riência dos cidadãos e à sensibilidade e entendimento dos sectores liderantes, relativamente ao mar. Poderá ainda por cima parecer uma contradição ou um contra-senso apelar-se para uma filosofia mais atlântica na era da atracção pela CEE. Convirá no entanto lembrar-se mais uma vez que nenhum país da Comunidade prescindiu ainda de nenhum dos factores que marcam a sua individualidade e independência, talvez antes estejam a mostrar-se cada vez mais ciosos deles, agora que a crise económica, social e política alastra. Ora, como se sabe, a individualidade e a independência de Portugal têm, desde a sua origem, a marca indelével do mar. Lembra-se ainda que, em termos de defesa militar, a Europa admite duas componentes desde a Primeira Guerra Mundial, uma Continental e outra Atlântica (constituída pelo reforço e pelo socorro da América do Norte), e que esta foi decisiva para a vitória dos aliados nas duas últimas grandes conflagrações. Ora o papel de Portugal, pelo facto de ser naturalmente na Componente Atlântica (inserido no SACLANT, com sede nos EUA) não deixa por isso de estar na defesa da Europa, pelo que se torna também por aqui lógico, e nunca contranatura, o apelo a uma mentalidade de defesa predominantemente de pendor atlântico. O que não se pode é, por exagero, ir-se tão longe em matéria de demissões relativamente ao mar que, um dia, o País tenha que pedir licença à CEE para pescar na ZEE portuguesa e à NATO para desminar os portos nacionais.

5. Terminada a fase em que os países aliados foram obrigados pela conhecida reacção nacional, e também pela de outros países membros da NATO, a atentar melhor em problemas que a inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO pode levantar, e tendo responsáveis portugueses sido bem claros quanto ao que consideraram como sendo inegociável para o País, torna-se a partir de agora indispensável aprofundar a questão e estar preparado para soluções aceitáveis, entre o desejável e o inegociável. Para já, conviria realmente ter presente que o nível do que poderá ou terá de vir a ser eventualmente aceite tende a ser directamente proporcional à «taxa de ocupação» do Território Nacional por um Poder Militar português concebido numa perspectiva de potência marítima; isto é, aquele nível será tanto mais baixo quanto maior for o desfazamento entre o potencial geoestratégico do Território Nacional, o seu poderio aeronaval e o seu dispositivo militar. Por outro lado, parece que uma filosofia nacional de defesa de tipo atlântico (se vier a ser essa a opção dos sectores liderantes políticos e militares do País) para ter força negocial, terá de contar claramente com a aceitação e o comprometimento dos sectores mais representativos dos cidadãos das três parcelas do Território Nacional, o que será mais fácil e mais credível se eles tiverem a oportunidade institucional de participar nos competentes órgãos superiores de estudo e de decisão. Além do mais, o Conceito Estratégico de Defesa Militar a adoptar deverá assentar na realidade geoestratégica do País e terá de ser adequado

aos clássicos objectivos a atingir, designadamente a contribuição para a liberdade de manobra política do País. Outra condição a que o Conceito terá de obedecer é a exequibilidade, isto é, que seja viável adquirir, utilizar e manter meios militares. Neste ponto, há a distinguir entre os meios adquiridos por esforço próprio, e os obtíveis por ajuda aliada. A propósito, parece não ser inteiramente correcto classificar-se os gastos com a defesa militar como meras despesas. Por exemplo, nunca terá sido contabilizado o que a Lisnave efectivamente terá ganho em competitividade internacional com a experiência tecnológica adquirida aquando da construção nos seus estaleiros das fragatas de origem norte-americana da classe «Almirante Pereira da Silva», como não muito se tem falado a tal respeito quanto às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, para não referir outras indústrias e as subsidiárias que desses esforços beneficiam, e o pessoal especializado que as Forças Armadas estão regular e discretamente devolvendo ao País devidamente desenvolvido. Se não é por razões deste tipo, como explicar o interesse da Holanda pela Marinha? Quanto aos meios a obter por ajuda aliada, crê-se que poderá ser determinante a existência de um plano de reestruturação e de reequipamento a longo prazo que vise a diminuição coerente do distanciamento entre os potenciais militar e geoestratégico de Portugal, no qual se contemple uma ampla coincidência entre objectivos de defesa militar do País e da Aliança no Território Nacional, o que se julga perfeitamente viável, conforme se tem vindo a defender em reflexões publicadas nesta Revista. A terceira condição essencial a que o Conceito terá de obedecer é a correspondência entre a importância do objectivo a atingir e o nível dos sacrifícios a fazer, o que depende fundamentalmente da percepção que se tiver da importância dos riscos existentes, percepção essa a que muitas vezes se chega demasiado tarde e, quase sempre, após amargas experiências.

Porque se falou atrás de Poder Marítimo, pareceria ainda muito conveniente referir algo de importante a que se está assistindo em França a tal respeito, e a que já se havia feito alusão no n.º 4 da Revista «Nação e Defesa» (Jan. 78), isto porque Poder Naval tem necessariamente íntima relação com Poder Marítimo. Citou-se então um artigo da revista francesa «Revue Maritime» onde se escreveu: «estamos nós no dealbar de uma civilização predominantemente marítima? Parece bem que sim, dado que o mar vai desempenhar na vida das nações e dos homens um papel sem precedentes nas próximas décadas, fornecendo uma parte importante da alimentação, pela pesca industrial e pela aquacultura, contribuindo para a produção de energia, constituindo um vasto reservatório de matérias-primas, e sendo enfim o lugar privilegiado da Defesa, com o advento dos submarinos nucleares lança-mísseis. Recentemente, aconteceu que o Governo francês decidiu-se por uma ambiciosa política de exploração de recursos do mar, passando pela investigação científica e tecnológica, acontecendo ainda que designou para a presidência do Centro Nacional de Exploração dos Oceanos (CNEXO) nada mais, nada menos, que o ex-director do Centro Nacio-

nal de Estudos Espaciais, a quem se deve em boa parte do êxito do foguetão europeu ARIANE (o rival do «shuttle» COLUMBIA da NASA), o que reflecte uma preocupação evidente de eficácia. É por factos como estes que se pode aferir do valor do factor do Poder Marítimo enunciado por Mahan como «Carácter do Governo». Mesmo ressaltando as convenientes distâncias, não é possível deixar de comparar-se o referido com a situação nacional, em que se verifica simultânea carência de embarcações em todas as Marinhas e de trabalho nos estaleiros de construção e mesmo de reparação naval. Isto num País que poderia e deveria ser mais que auto-suficiente em termos de pesca para compensar e reduzir as suas elevadas despesas com a importação de carnes, e que acaba afinal por importar também pescado. Singularmente, acontece que o mar não conseguiu nas últimas décadas ocupar na vida portuguesa o lugar que o interesse nacional justificaria, a não ser nas letras de fados lisboetas e nas obras de alguns poetas. A propósito, refere-se que o General De Gaulle disse um dia que apenas um país com sentido de objectivo é senhor dos acontecimentos e não seu escravo.

6. Por último, em defesa do indispensável equilíbrio, convirá referir-se que a defesa militar do País não se esgota necessariamente no quadro da Aliança Atlântica, nem do mar. Assim, a posição específica do Território Nacional relativamente a outros países e seus interesses, e a outros cenários, e a sua composição e forma particulares, contêm vulnerabilidades e admitem riscos e ameaças possíveis de outras origens. Tais riscos podem decorrer de hipotéticas tensões e conflitos regionais, situações estas para as quais as Alianças nem sempre se mostram vocacionadas ou decididas a intervir, ou porque carecem de mecanismos e de meios adequados, ou por falta de vontade política, devido a hesitações compreensíveis para tomar o partido de uns aliados e amigos contra outros. Apresentam-se como exemplos a chamada «Guerra da Sardinha», em tempos surgida entre Marrocos e a Espanha, que acabou felizmente por não ter consequências de maior, mas que chegou a envolver alguns meios navais e aeronavais, e o grave contencioso existente entre a Grécia e a Turquia por causa de Chipre, do acesso aos recursos económicos do Mar Egeu, e da estrutura dos comandos NATO na região, em que a Aliança e os EUA, dadas as dificuldades políticas com que se debatem para tomar uma posição clara, estão sendo olhados com desconfiança por ambas as partes. Quer isto dizer que outros riscos e outras possíveis ameaças fora do quadro da NATO, e passíveis de afectar outros cenários, que não apenas o marítimo, não poderão deixar de ser consideradas numa filosofia nacional de segurança e no Conceito de Defesa Militar do País, com reflexos naturais nos sistemas de forças. São considerações como estas, entre outras, e tão importantes como tradições e equilíbrios que têm de ser respeitados, que influenciam as composições das Forças

Armadas de potências marítimas como as atrás citadas. Por isso, não é lícito concluir-se da argumentação utilizada que se pretenderia induzir a instilar uma saudável dose de atlanticidade na filosofia de defesa militar à custa de diminuição do papel do Exército. A questão é outra, e tem mais a ver com a hipótese, para a qual conviria ir preparando os espíritos e as estratégias, de que, a ter de continuar a actual modéstia de meios navais e aéreos com vocação inequivocamente marítima, e a orientação do dispositivo militar, será de recear que se possa manter indefinidamente o presente arranjo conseguido para o IBERLANT, face à crescente influência político-psicológica do cada vez mais importante Poder Naval espanhol (Marinha e Aviação Naval).

7. As reflexões formuladas não deverão ser interpretadas como mera apologia do Poder Marítimo e do Poder Naval. Poderão perfeitamente servir, tão-somente, para tomar consciência dos inconvenientes que o País sofre se não houver realmente capacidade ou vontade para os valorizar. É que, quer se queira, ou não, quer se goste, ou não, o mar português e as ilhas portuguesas existem, e são incontestavelmente muito importante para o País. Tão importantes para a sua influência e para a sua própria viabilidade, que apenas poderão interessar as opções que reforcem a coesão interterritorial, ou que, no mínimo, não atentem contra ela.

Para além do mais, o mar pode ainda vir a revelar-se como um novo futuro para o País, pelo menos a ajuizar pelo supracitado exemplo da França.

8. A defesa constitui, além de tudo, um importante instrumento da política no complexo jogo das influências internacionais. É igualmente sabido que as relações entre os países, mesmo no âmbito das alianças naturais, pautam-se bastante mais pelos interesses, sendo principalmente destes que decorrem as amizades e, quase nunca, o contrário. Ora acontece que, no domínio da defesa ocidental, Portugal, exactamente como a Holanda, terá provavelmente melhores hipóteses de pesar mais se puder afirmar-se como potência predominantemente marítima, o que decorre da sua Geografia muito especial e da sua própria História, a qual deve ao mar a sua projecção e respeito internacionais. Por isso pareceria realmente de todo o interesse que pudesse ser formulado um conceito estratégico de defesa militar em conformidade, que servisse como guia para as aquisições de material e para a reformulação do dispositivo que importaria ir fazendo à medida do possível, em nome do interesse nacional e da Aliança. Pensa-se que só assim a defesa do País poderia passar a assumir sentido ainda mais autêntico, a ser racionalmente gerível, a deixar de ser tomada apenas como despesa e, até talvez, a poder ser melhor compreendida e apoiada pelos aliados, em termos de reapetrechamento. A prevalecer outra orientação, poderá estar reservado ao País um apagado, inglório, perigoso e pouco «remunerativo» papel de mera plataforma de serviços.

É sabido que o recurso aos exemplos da História tem os seus detractores, entre os quais os que sustentam que ela jamais se repete exactamente. No entanto, a Geografia persiste, e o controlo do mar português foi sempre decisivo em momentos capitais da História nacional distanciados de séculos uns dos outros. Por isso, embora os tempos sejam efectivamente outros, e hoje se encontrem como aliados naturais povos que outrora se guerrearam duramente, não deverá isso ser pretexto para que se abrande de prudência por forma a deixar que se repitam situações de vulnerabilidade que, no passado, tiveram consequências trágicas. Não quer isto dizer, de forma alguma, que uma insuficiente «ocupação» do espaço interterritorial português por meios nacionais possa hoje levar à perda da independência, como sucedeu em 1580 com o decisivo desembarque das forças do Duque d'Alba em Cascais. Nada disso. Quer-se dizer é que tal vulnerabilidade, a manter-se, será provavelmente susceptível de poder causar crescente perda de prestígio, credibilidade e liberdade de acção, com reflexos certamente negativos nos destinos do País.

Julho de 1982